



## Secretário de Segurança do RS cobra vigilância 24 horas nos bancos



Sindivigilantes do Sul está em campanha pela lei do vigilante 24 horas

Diante da repercussão do ataque de assaltantes munidos de explosivos a duas agências bancárias, uma do Sicredi e outra do Banco do Brasil, em São Sepé, no último final de semana de 2016, o secretário estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Cezar Schirmer, afirmou à imprensa que os bancos devem garantir a segurança das agências as 24 horas do dia, ou os caixas eletrônicos acabarão sendo proibidos no Rio Grande do Sul.

Com isso, o secretário dá razão e reforça a campanha do Sindivigilantes do Sul e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), que começou pelo Sindicato de Pelotas, pela implantação da vigilância armada 24 horas nos bancos, por vigilantes regulares, inclusive nos feriados e finais de semana. A proposta já foi aprovada em 56 municípios, foi sancionada (é lei) em 33 e o prazo para os bancos se adaptarem já venceu em 17 municípios (veja a lista abaixo).

Mas nenhum banco começou a cumpri-la

ainda, o que motivou uma denúncia do sindicato à Polícia Federal, que fiscaliza a segurança bancária, mês passado. No assalto em São Sepé, ocorrido sábado de madrugada, uma quadrilha armada de fuzis explodiu as agências, fez cerca de 30 reféns e ainda tiroteou com a polícia, ferindo quatro pessoas e deixando a cidade em pânico.

“Ou colocam segurança 24 horas ou vamos ter de proibir caixa eletrônico”, reagiu o secretário, conforme o jornal Zero Hora. Segundo ele, a polícia é responsável pelas ruas, mas dentro das agências a responsabilidade é dos bancos. Veja na lista abaixo os municípios onde a lei já foi aprovada e o prazo para a sua implantação já venceu:

- Alvorada
- Butiá
- Camaquã
- Cerro Grande do Sul
- Charqueadas
- Cruz Alta
- Mostardas
- Nova Santa Rita
- Osório
- Rosário do Sul
- São Gabriel
- São Jerônimo
- São Luiz Gonzaga
- Tapes
- Triunfo
- Tupanciretã
- Viamão

Nos próximos dias, até a primeira semana de janeiro, vencem os prazos de Cachoeira do Sul, Canoas, Entre Ijuís, Porto Alegre e São Miguel das Missões.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Grupo armado com fuzis explode carro-forte e leva malotes na Bahia

Bandidos trocaram tiros com seguranças, mas não houve feridos. Criminosos usaram três carros para forçar parada do veículo de valores.



Carro-forte explodido em Itaguaçu da Bahia (Foto: Luciano Castro/Central Notícia)

Cerca de 20 homens armados explodiram um carro-forte no município de Itaguaçu da Bahia, no norte do estado, na manhã da última terça-feira (27). O crime ocorreu na BA-052, região que integra o povoado de Rio Verde III.

Em entrevista ao G1, o delegado Heloísio Sandro Lacerda destacou a ousadia dos criminosos, que pararam o carro-forte usando outros três veículos e ostentando armas de grosso calibre. Os integrantes da quadrilha usavam fuzis e chegaram a trocar tiros com os seguranças.

“Ninguém ficou ferido, mas chegou a ocorrer o confronto. Todos os seguranças [eram quatro] foram retirados do veículo pelos bandidos, que depois foi explodido”, contou.

Com a explosão, a estrutura do carro-forte ficou bastante danificada. O teto do veículo ficou parcialmente aberto. O delegado Heloísio Sandro conta que o grupo levou todos os malotes de dinheiro, mas destaca que ainda não há informações sobre os valores roubados.

O carro-forte era usado para abastecer uma unidade de correspondente bancário do município, além da agência lotérica. Os criminosos conseguiram fugir.

Fonte: G1

# Mínimo vai a R\$ 937, com reajuste abaixo da inflação prevista pelo próprio governo

Lei prevê aumento com base no INPC, que segundo o Ministério da Fazenda deve fechar 2016 em 6,74%

Saiu na sexta-feira (30), no Diário Oficial da União, o decreto fixando em R\$ 937 o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro, conforme anunciado na véspera pelo governo. O reajuste é de 6,48% sobre o atual, de R\$ 880. E fica menor que a inflação medida pelo INPC-IBGE calculada pelo próprio governo: a estimativa do Ministério da Fazenda para 2016 é de 6,74%.

O novo valor do piso nacional também está abaixo da aprovado pelo Congresso no Orçamento Geral da União para o próximo ano, que foi de R\$ 945,80 – isso representaria um reajuste de 7,48%. Nesse caso, o governo argumentou que o INPC, usado como referência no cálculo, ficará abaixo do previsto inicialmente. “Em virtude da inflação menor em 2016, o reajuste será menor do que o previsto na LOA (Lei Orçamentária Anual). Trata-se, portanto, de aplicação estrita da legislação”, diz, em nota, o Ministério do Planejamento.

Nem tanto, considerando-se que o reajuste ficará abaixo do INPC de 2016 – o índice de dezembro será divulgado pelo IBGE em 11 de janeiro. De janeiro a novembro, a inflação está acumulada em 6,43%.

A lei a que o Planejamento se refere é a 13.152, de 29 de julho deste ano, ainda no governo Dilma, que fixa uma política de valorização do salário mínimo de 2016 a 2019. A regra prevê aplicação do índice de inflação (INPC) do ano anterior mais, a título de aumento real, o Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. No caso de 2017, já se sabia que não haveria ganho real, porque houve queda no PIB de 2015 (-3,8%).

A questão é se haverá aumentos reais em 2018 e 2019, caso o PIB brasileiro cresça nesses anos,

por causa da chamada PEC do teto, a proposta de emenda à Constituição aprovada neste mês pelo Senado. Se o governo ultrapassar o limite de despesas, o salário mínimo não terá reajuste acima da inflação, acabando com uma política conquistada após mobilização das centrais sindicais, que a partir de 2004 fizeram uma série de marchas a Brasília. De acordo com o Dieese, de 2003 a 2016, o mínimo foi reajuste em 340%, enquanto a inflação do período somou 148,34%, com um ganho de 77,18%.

Confirmada a restrição ao ganho real, seria mais uma iniciativa do governo contrária aos gastos sociais. Na mesma nota em que informa sobre o novo valor, o Planejamento afirma que o reajuste significa incremento de R\$ 38,6 bilhões na massa salarial, ou 0,62% do PIB, o que terá, acrescenta, “efeitos positivos na retomada do consumo e do crescimento econômico ao longo do ano”.

Um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, depois contestado pela FGV, chegou a fazer simulação e demonstrou que, caso as regras da PEC valessem desde 1998 o salário mínimo atual seria de aproximadamente de R\$ 400, menos de metade do valor oficial.

O Dieese aponta o salário mínimo como um fator de ampliação do mercado e de redução da desigualdade. Em 1995, com um piso nacional era possível comprar 1,02 cesta básica. Neste ano, 2,14, em valores de janeiro. O instituto calcula que 48 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, inclusive aposentados e pessoal da ativa.

**Fonte: CUT**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF